



JESUÍTAS BRASIL

Cadernos *IHU ideias*

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 23 | n° 384 | vol. 23 | 2025

**Tecnofeudalismo e colonialismo digital:
um olhar a partir do Sul Global**

Mardochée Ogécime

Cadernos
IHU ideias

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 23 | nº 384 | vol. 23 | 2025

**Tecnofeudalismo e
colonialismo digital: um
olhar a partir do Sul Global**

Mardochée Ogécime

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas
Gerais e doutorando em Ciência da Computação pela Universidade
Federal de Ouro Preto



Cadernos IHU ideias é uma publicação digital do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

Reitor: Sérgio Mariucci, SJ
Vice-reitor: Artur Eugênio Jacobus

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU

Diretor: Inácio Neutzling, SJ
Diretor-adjunto: Lucas Henrique da Luz
Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XXIII – Nº 384 – V. 23 – 2025

ISSN 2448-0304 (on-line)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling, SJ – Unisinos

Conselho editorial: Bel. Gabriel dos Anjos Vilardi; MS. Guilherme Tenher Rodrigues; Dra. Cleusa Maria Andreatta; Dr. Lucas Henrique da Luz; Dra. Marilene Maia; Dra. Susana Rocca; Dr. Ricardo de Jesus Machado.

Conselho científico: Adriano Naves de Brito (Unisinos, doutor em Filosofia); Angelica Massuquetti (Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade); Berenice Corsetti (Unisinos, doutora em Educação); Celso Cândido de Azambuja (Unisinos, doutor em Psicologia); César Sanson (UFRN, doutor em Sociologia); Gentil Corazza (UFRGS, doutor em Economia); Suzana Kilpp (Unisinos, doutora em Comunicação).

Projeto Gráfico: Ricardo de Jesus Machado

Responsável técnico: Guilherme Tenher Rodrigues

Imagem da capa: Data Center | Public Domain

Revisão: Isaque Gomes Correa

Editoração: Guilherme Tenher Rodrigues

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos.
– Ano 20. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .v. 21.
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 19, n. 326 (2021).
ISSN 2448-0304
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo/RS, Brasil

Tecnofeudalismo e colonialismo digital: um olhar a partir do Sul Global

Mardochee Ogécime

RESUMO: A ascensão da inteligência artificial (IA) representa uma inflexão civilizatória que transcende o domínio técnico, reconfigurando profundamente as dimensões econômica, política e cultural. Este artigo examina o tecnofeudalismo e o colonialismo digital como expressões contemporâneas das estruturas de dominação no capitalismo informacional avançado, nas quais a IA intensifica dinâmicas históricas de dependência e exploração, deslocando o centro do poder para corporações que concentram dados, infraestrutura e capacidade computacional. A partir de uma perspectiva decolonial, analisa como o Sul Global permanece subordinado a uma nova divisão internacional do trabalho e do conhecimento. O estudo propõe caminhos para a construção de uma soberania tecnológica ancorada na justiça informacional, na diversidade cultural e em uma ética algorítmica comprometida com a equidade.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência artificial. Tecnofeudalismo. Colonialismo digital. Soberania tecnológica. Justiça informacional.

Technofeudalism and Digital Colonialism: A Perspective from the Global South

Mardochée Ogécime

ABSTRACT: The rise of artificial intelligence (AI) represents a civilizational turning point that transcends the technical domain, profoundly reshaping economic, political, and cultural dimensions. This article examines technofeudalism and digital colonialism as contemporary expressions of domination within advanced informational capitalism, in which AI intensifies historical dynamics of dependency and exploitation, shifting the center of power toward corporations that concentrate data, infrastructure, and computational capacity. From a decolonial perspective, it analyzes how the Global South remains subordinated to a new international division of labor and knowledge. The study proposes pathways toward building technological sovereignty grounded in informational justice, cultural diversity, and an algorithmic ethics committed to equity.

KEYWORDS: Artificial intelligence. Technofeudalism. Digital colonialism. Technological sovereignty. Informational justice.

Tecnofeudalismo e colonialismo digital: um olhar a partir do Sul Global

Mardochée Ogécime

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorando em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Ouro Preto

1. INTRODUÇÃO

A inteligência artificial (IA) consolidou-se como um elemento estruturante da vida social contemporânea. Longe de restringir-se a um conjunto de técnicas de aprendizado de máquina, tornou-se uma infraestrutura invisível que sustenta a economia global, orienta políticas públicas e redefine os modos de produção e comunicação (Crawford, 2025; Bratton, 2016; Srnicek, 2017; Nações Unidas, 2025; FMI, 2025). As promessas de eficiência e inovação, amplamente difundidas, mascaram as profundas assimetrias que configuram o

campo tecnológico, desigualdades que ultrapassam o âmbito econômico, estendendo-se às dimensões epistêmicas e geopolíticas.

No século XXI, a inteligência artificial (IA) torna-se o eixo da reorganização do capitalismo global. Conforme aponta Durand (2021), vivencia-se uma transição em que as plataformas digitais assumem papéis antes desempenhados por Estados e corporações industriais: controlam fluxo de informação, capturam a atenção social e extraem valor das interações humanas. Morozov (2018) identifica nesse processo uma nova racionalidade política, na qual algoritmos passam a governar comportamentos e emoções. Sob essa perspectiva, em vez de promover emancipação, a tecnologia tende a reproduzir, e até aprofundar, estruturas preexistentes de poder.

A colonialidade do poder, formulada por Quijano (2005), oferece uma lente fundamental para compreender essa dinâmica. Mesmo após o fim do colonialismo formal, persistem hierarquias globais que definem quem produz conhecimento, quem consome tecnologia e quem fornece matéria-prima. Essa lógica de dominação manifesta-se hoje não só na exploração física, mas também nas dimensões simbólica e informacional. Couldry e Mejías (2019) denominam esse fenômeno de “colonialismo de dados”, que se caracteriza pela apropriação informacional das experiências humanas e sua conversão em valor econômico. O colonialismo, portanto, não desapareceu, reconfigurou-se nas infraestruturas digitais.

A partir desse contexto, este trabalho propõe analisar criticamente a inteligência artificial a partir do Sul Global, buscando compreendê-la como um campo de

disputa entre a reprodução das dependências históricas e a possibilidade de imaginar novas formas de soberania tecnológica. A reflexão organiza-se em seis seções interligadas: a primeira discute a colonialidade digital e a geopolítica da informação; a segunda explora o tecnofeudalismo como nova configuração da exploração capitalista; a terceira aborda as distopias contemporâneas e os mecanismos de controle algorítmico; a quarta examina as dimensões ecológicas, militares e regulatórias da IA; a quinta propõe caminhos de resistência baseados na justiça informacional; e, por fim, as considerações finais que apontam para um horizonte de emancipação digital, ancorado na diversidade epistêmica e na soberania dos povos.

2. COLONIALISMO DIGITAL E DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

2.1 O Sul Global como condição estrutural

O termo “Sul Global”, aqui em perspectiva, transcende o sentido geográfico: designa uma condição política e econômica caracterizada pela dependência estrutural, pela extração contínua de recursos e pela marginalização epistemológica (Grosfoguel, 2016; Santos, 2019; Ogécime, 2021). Mais do que um lugar no mapa, trata-se de um espaço de enunciação em que os efeitos persistentes da colonização se reconfiguram sob novas formas, especialmente no domínio tecnológico.

Como argumenta Quijano (2005), a colonialidade do poder não se encerrou com a independência política das antigas colônias; ela se reinventa em dinâmicas econômicas e cognitivas que naturalizam a subordina-

ção. No cenário digital, essa lógica se manifesta na concentração das infraestruturas tecnológicas: *data centers*, cabos submarinos, fábricas de semicondutores e poder computacional, em poucos países do Norte Global.

Conforme Pilz *et al.* (2025), aproximadamente 75% da capacidade mundial de *clusters* de GPU está concentrada nos Estados Unidos, enquanto a China responde por cerca de 15%. América Latina e África, juntas, não chegam a 3%. Isto traduz essa assimetria de poder que Ahmed e Wahed (2020) denominam *compute divide*, uma nova forma de desigualdade global, marcada pelo acesso desigual a recursos computacionais. Em decorrência disso, a maior parte dos países do Sul Global permanece na posição de consumidora de tecnologias produzidas externamente, sem autonomia efetiva para desenvolvê-las ou regulá-las.

Essa dependência tecnológica reflete a herança de um sistema mundial que, como descreve Dussel (1977), foi historicamente estruturado sobre a expropriação de recursos materiais e simbólicos das periferias. Hoje, em lugar do ouro ou da prata, extraem-se dados, atenção e trabalho invisível. A inteligência artificial, nesse contexto, não se limita a automatizar tarefas, ela reatualiza o padrão colonial de exploração, agora mediado por algoritmos.

2.2 A China como potência semiperiférica

A China representa um caso liminar nesse panorama. Embora tenha sido historicamente tratada como parte do Terceiro Mundo, o país asiático se repositou nas últimas décadas como potência tecno-

lógica global. Desde as reformas de Deng Xiaoping, em 1978, o país passou de economia planificada a uma das principais protagonistas da economia digital mundial (Naughton, 2021).

Em 2024, a China foi responsável por cerca de 70% dos pedidos de patentes em inteligência artificial no mundo, com mais de 300 mil registros (World Intellectual Property Organization, 2024; Lynn, 2025). Ele detém também liderança em áreas como: 5G, robótica, supercomputação e vigilância digital. Ainda assim, essa ascensão carrega contradições inerentes ao seu próprio projeto tecnológico e político (Lynn, 2025; Rapacke, 2025). A China ainda depende de chips avançados e semicondutores produzidos nos Estados Unidos e enfrenta bloqueios comerciais que limitam seu acesso a determinadas tecnologias estratégicas (World Intellectual Property Organization, 2024).

Essa ambiguidade faz da China uma potência semiperiférica, conforme a leitura de Wallerstein (1974, 2004, 2006) adaptada ao contexto digital. A China pode ser vista, simultaneamente, como um caso desafiador que disputa a hegemonia global e reproduz a ordem global. Se, por um lado, ela tensiona o monopólio ocidental e oferece alternativas de soberania tecnológica ao Sul Global, por outro, também exporta modelos autoritários de controle social, baseados em vigilância e *social scoring*¹, consolidando uma forma de distopia capitalista (Han, 2018a).

1 O termo *social scoring* ou pontuação social refere-se a sistemas de avaliação automatizada que atribuem notas ou índices de confiabilidade aos indivíduos com base em seus comportamentos, interações e dados digitais. Esses sistemas analisam desde padrões de consumo e histórico financeiro até atividades em redes sociais, compondo métricas que podem influenciar o acesso a serviços, crédito, empregos ou benefícios públicos. O exemplo mais conhecido é o Sistema de Crédito Social da China, desenvolvido

A trajetória chinesa evidencia, portanto, o dilema central da era digital: como romper a dependência tecnológica sem reproduzir as mesmas estruturas de dominação? Este caso ilustra que o poder computacional não se limita a um desafio técnico, mas expressa uma disputa geopolítica e civilizatória em curso. Nesta lente, a soberania tecnológica, por si só, não garante justiça informacional nem emancipa dos mecanismos sutis de controle e vigilância que caracterizam o capitalismo digital (Han, 2018b).

2.3 A economia política da inteligência artificial

A inteligência artificial emerge, nesse cenário, como o núcleo da nova economia global. Conforme Maslej *et al.* (2025), os Estados Unidos e a China concentram mais de 85% dos investimentos privados em IA. A União Europeia tenta construir uma terceira via, centrada em regulação, como mostra o AI Act aprovado em 2024, mas ainda depende de infraestrutura e capital norte-americano (European Parliament, 2024; European Union, 2024).

Nos países do Sul Global, a IA é frequentemente tratada como promessa de desenvolvimento (Heeks, 2021; Wall; Saxena; Brown, 2021), mas os obstáculos estruturais: baixa capacidade de investimento, fuga de

a partir de 2014, que combina dados estatais e corporativos para monitorar a conduta dos cidadãos e premiar ou punir determinados comportamentos. Embora frequentemente associado ao contexto chinês, o *social scoring* também aparece em práticas de avaliação algorítmica no Ocidente como: modelos de crédito, programas de fidelidade e mecanismos de vigilância preditiva, levantando debates sobre privacidade, discriminação e controle social digital (Kostka, 2019; Citron; Pasquale, 2014).

cérebros, ausência de ecossistemas de inovação e dependência de plataformas estrangeiras, limitam a soberania digital (Mayer; Lu, 2025; Huynh, 2025). O resultado disso é um processo de recolonização tecnológica, em que os dados produzidos localmente alimentam sistemas controlados por empresas estrangeiras (Unger; McLean, 2025).

Essa relação assimétrica expressa o que Couldry e Mejiás (2019) denominam *data colonialism*: a apropriação sistemática da vida cotidiana como fonte de valor. Diferentemente do colonialismo clássico, que dependia da ocupação territorial, o colonialismo digital atua pela captura de dados e pela integração das subjetividades a circuitos de extração informacional. Nesse regime, como observa Han (2018a), o poder deixa de se exercer pela coerção direta e se realiza por meio da autoexposição e do consentimento. Os algoritmos deixam de simplesmente prever comportamentos para moldá-los, incorporando, como aponta Zuboff (2020), uma nova racionalidade política fundada na vigilância e na predição contínua das condutas humanas.

Nesse contexto, o Sul Global permanece subordinado não apenas no plano econômico, mas também no plano epistemológico. Conforme Maslej *et al.* (2025), mais de 90% dos dados usados para treinar modelos de linguagem estão em inglês. Idiomas africanos, indígenas e locais representam menos de 1% (Maslej *et al.*, 2025). Essa exclusão linguística produz o que Grosfoguel (2016) chama de extrativismo epistêmico, que traduz uma forma de exploração que silencia epistemologias não ocidentais e naturaliza o universalismo das epistemes coloniais.

A economia política da IA, portanto, não se resume à disputa por mercado. Ela é, acima de tudo, uma disputa por representação, linguagem e poder cognitivo. O colonialismo digital explora trabalho e recursos ao mesmo tempo que define o que é reconhecido como conhecimento válido.

3. TECNOFEUDALISMO E CAPITALISMO DE PLATAFORMA

3.1 Concentração de poder computacional (*compute divide*)

A consolidação da inteligência artificial como infraestrutura global revela uma nova forma de desigualdade: a divisão computacional, ou *compute divide* (Ahmed; Wahed, 2020). Esse termo designa a assimetria extrema no acesso a poder de processamento e recursos de computação avançada, fundamentais ao treinamento de modelos de IA (Maslej *et al.*, 2025).

Segundo dados da Epoc Ai (2025), aproximadamente 75% da capacidade global de supercomputadores e *clusters* de GPU está concentrada nos Estados Unidos, enquanto a China detém cerca de 15%. Europa, América Latina e África dividem o restante, o que expõe a concentração do “capital computacional” em mãos de poucos.

Sob este ângulo, a cartografia do poder computacional, conforme Ahmed e Wahed (2020), revela um mundo profundamente assimétrico já que dois polos concentram a infraestrutura que sustenta a inteligência artificial, enquanto o restante do planeta opera nas

margens, dependente do acesso mediado por poucos atores globais. Essa configuração materializa uma nova forma de desigualdade global que separa os países capazes de produzir inteligência artificial daqueles restritos ao consumo de tecnologias desenvolvidas externamente. Sistemáticamente, trata-se da reedição do sistema-mundo moderno sob uma lógica digital: a metrópole detém as máquinas e define os padrões, enquanto a periferia fornece os insumos, agora traduzidos em dados, energia e trabalho informacional (Ogécime, 2021).

Cédric Durand (2021) denomina esse fenômeno de tecnofeudalismo: um regime econômico no qual as plataformas digitais assumem funções de intermediação universal, extraindo renda sobre todas as interações mediadas tecnologicamente. Mais do que um capitalismo automatizado, no polo ocidentalista esse modelo se aproxima de uma forma de senhorio digital, na qual corporações como Google, Amazon, Meta, Microsoft e Apple controlam as infraestruturas, impõem pedágios e determinam os termos de acesso à esfera pública (Ogécime, 2021).

Essa estrutura reconfigura o próprio conceito de soberania. Estados nacionais perdem autonomia sobre seus fluxos informacionais, e cidadãos tornam-se súditos de sistemas algorítmicos opacos. Varoufakis (2024) sustenta que, nesse modelo, o lucro industrial é substituído pela renda de plataforma: em vez de produzir bens, as empresas extraem valor de mediações. Assim, a renda digital torna-se o novo tributo feudal, um imposto sobre a vida social.

3.2 Trabalho invisível, precarização e plataformização da vida

Por trás da aparente autonomia das máquinas, há uma multidão de trabalhadores invisíveis que mantêm a IA em funcionamento. São pessoas que rotulam imagens, filtram conteúdo, testam sistemas e treinam algoritmos sob condições precárias, em países do Sul Global.

O caso de Oskarina Fuentes, trabalhadora venezuelana que recebia cerca de 280 dólares por mês para rotular dados destinados ao treinamento de modelos de inteligência artificial (Fuentes, 2024), evidencia a face invisível da economia digital. Embora o valor se aproxime do salário mínimo brasileiro, representa apenas uma fração ínfima do lucro gerado pelos sistemas que sua força de trabalho sustenta, sobretudo quando comparado ao salário mínimo nos Estados Unidos, país que concentra a maior parcela do poder econômico e tecnológico da inteligência artificial.

Tubaro *et al.* (2025), em pesquisa com mais de 900 trabalhadores digitais na Argentina, no Brasil e na Venezuela, demonstram que a precariedade é um elemento estrutural da economia digital contemporânea. A informalidade, a ausência de garantias trabalhistas e a volatilidade dos rendimentos configuram o cotidiano daqueles que sustentam, de forma invisível, a infraestrutura da inteligência artificial global.

Como observa Casilli (2019), esse trabalho disperso e desmaterializado não desaparece, apenas se fragmenta e se oculta sob a aparência de automação. Srnicek (2017) complementa essa leitura ao descrever o capitalismo de plataformas como um sistema que

reconfigura o trabalho e a extração de valor, transformando cada interação digital em oportunidade de lucro. O trabalho digital, portanto, não anuncia o futuro do trabalho, mas a reedição de sua forma mais vulnerável sob novas condições tecnológicas.

Sob este ângulo, pode-se dizer que a concentração do poder computacional e o domínio das grandes plataformas convergem em um mesmo regime econômico, para o tecnofeudalismo. A plataformação amplia essa lógica a todos os setores, subordinando o trabalho humano à mediação algorítmica. Motoristas de aplicativo, entregadores e microtrabalhadores, por exemplo, passam a ser governados por sistemas automatizados de gestão.

Binns *et al.* (2025) analisaram o sistema de pagamento dinâmico da Uber no Reino Unido e constataram que, embora os passageiros passem a pagar tarifas mais altas, os ganhos por hora dos motoristas diminuíram, enquanto a participação da empresa na receita aumentou. Muitos entrevistados compararam a experiência a um “jogo de azar” em que a “casa sempre vence”. Essa opacidade algorítmica define uma nova forma de controle: uma gestão sem gestores, difusa e totalizante, na qual o poder se exerce por meio de dados, métricas e avaliações automatizadas.

Ao mesmo tempo, a inteligência artificial penetra em esferas antes consideradas externas ao mercado como: a saúde, a educação, a segurança e a cultura. Essa expansão expressa o que Han (2018a) chama de psicopolítica, um regime de dominação que opera não pela repressão, mas pelo estímulo e pela vigilância emocional. As plataformas deixam de simplesmente

te organizar o trabalho e passam a moldar a própria subjetividade, orientando afetos, desejos e modos de percepção.

3.3 Cadeias globais e extrativismo epistêmico

As desigualdades que estruturam a economia digital não se limitam ao trabalho. Elas se estendem às cadeias produtivas que sustentam o *hardware* e os fluxos energéticos da IA. O colonialismo mineral, denunciado por Radwan (2024a, 2024b), mostra que mais de 70% do cobalto usado em baterias modernas vem da República Democrática do Congo, país em que o trabalho infantil e as violações de direitos humanos são recorrentes (QI, 2024). Enquanto isso, mineradores bolivianos ganham cerca de 250 dólares mensais, contra 9 mil dólares na Austrália, extraindo o mesmo lítio usado em dispositivos das Big Techs (Hancock; Ralph; Ali, 2024).

Essa hierarquia também é cognitiva. Materializa-se a apropriação de saberes e experiências locais pelo centro global, sem reconhecimento ou redistribuição de valor (Grosfoguel, 2016). O mesmo ocorre com os dados: informações geradas por comunidades periféricas são capturadas, tratadas e transformadas em valor econômico por corporações transnacionais. Nesse processo, ocorre um deslocamento do “crédito epistemológico”, entendido como a autoridade socialmente reconhecida para definir o que conta como conhecimento válido e legítimo. Assim, mesmo quando o saber é produzido no Sul Global, a capacidade de enunciar verda-

des, estabelecer interpretações autorizadas e orientar políticas e inovação permanece concentrada no Norte (Ogécime, 2021).

Assim, o tecnofeudalismo digital combina três formas de extração:

1. Econômica, pela captura de trabalho e renda.
2. Material, pela exploração de recursos naturais e energéticos.
3. Epistêmica, pela apropriação de dados e saberes.

Essas dimensões convergem para consolidar um regime de poder global, no qual a IA funciona como instrumento de centralização e subordinação. O resultado é um sistema de dependência que transforma a vida em mercadoria e o conhecimento em tributo.

4. DISTOPIAS CAPITALISTAS E CONTROLE ALGORÍTMICO

4.1 Vigilância e psicopolítica

A promessa de eficiência da inteligência artificial se converte, cada vez mais, em um mecanismo de vigilância ubíqua. Sistemas de reconhecimento facial, monitoramento de comportamento e análise preditiva são utilizados por governos e corporações para gerir fluxos populacionais, controlar fronteiras e vigiar cidadãos (Peterson, 2022; Chin; Lin, 2022). A China exemplifica esse processo: em 2023, contava com mais de 700

milhões de câmeras conectadas a sistemas inteligentes de vigilância, o equivalente a uma para cada dois habitantes (Mordor Intelligence, 2024b).

Nos Estados Unidos e na Europa, tecnologias semelhantes são aplicadas em programas de policiamento preditivo, monitoramento de redes sociais e controle migratório (Europol, 2024). O Brasil, por sua vez, tem experimentado o uso de reconhecimento facial em eventos públicos, como o Carnaval de Salvador e o metrô de São Paulo, levantando críticas sobre racismo algorítmico e abuso de autoridade (Monteiro, 2022; Ceia; Duarte, 2022).

No polo ocidentalista, o fenômeno do racismo algorítmico evidencia como os sistemas de inteligência artificial reproduzem e amplificam desigualdades históricas ao operar sobre bases de dados enviesadas e estruturas institucionais discriminatórias. Tais algoritmos, longe de serem neutros, incorporam vieses raciais oriundos das dinâmicas sociais e das práticas de vigilância que historicamente criminalizam corpos negros e periféricos.

No contexto brasileiro, essa problemática adquire contornos ainda mais graves, dada a ausência de regulação robusta e dada a intersecção entre desigualdade racial e desigualdade digital. Conforme evidenciam Silva (2021) e Buolamwini e Gebru (2018), sistemas de reconhecimento facial empregados na segurança pública tendem a errar com muito mais frequência quando identificam pessoas negras, provocando prisões injustas e perpetuando estereótipos raciais. O racismo algorítmico, portanto, ultrapassa a esfera técnica e deve ser

compreendido como um mecanismo sociotécnico de atualização das hierarquias coloniais sob o disfarce da objetividade computacional.

Essas dinâmicas revelam também que o poder algorítmico atua em múltiplas camadas estruturais e subjetivas, articulando o controle dos corpos ao governo das emoções. Se o racismo algorítmico evidencia a materialidade das desigualdades inscritas nos dados, a psicopolítica expõe a dimensão afetiva dessa dominação, caracterizando um regime que não se impõe pela coerção física, mas pela gestão emocional e pela vigilância internalizada (Byung-Chul Han, 2018a).

Diferentemente do panoptismo foucaultiano, que disciplinava corpos, o capitalismo digital captura e orienta afetos. O sujeito, convencido de sua autonomia, torna-se cúmplice da própria dominação ao reproduzir padrões de consumo e comportamento moldados por algoritmos de recomendação. Trata-se de uma forma de poder suave e sedutora, que converte a liberdade em mercadoria e a transparência em técnica de controle.

Neste cenário, o paradoxo da era digital manifesta-se no modo como a vigilância se disfarça de conveniência. Plataformas e aplicativos prometem segurança, personalização e eficiência, mas, em troca, exigem acesso irrestrito à vida íntima. Assim, a fronteira entre o público e o privado se dissolve, e o poder algorítmico converte a subjetividade em dado, o afeto em mercadoria e a existência em estatística. A psicopolítica delineia, desse modo, um novo estágio do capitalismo informacional, no qual o controle se exerce pela adesão voluntária e pela transformação das emoções em capital.

4.2 Desemprego e erosão democrática

A automação alimentada por IA provoca uma reestruturação do mercado de trabalho em escala global. Segundo o Goldman Sachs (2023), cerca de 300 milhões de empregos em tempo integral podem ser automatizados nas próximas duas décadas. O impacto não se restringe às tarefas manuais; ele afeta também atividades intelectuais e criativas, como advocacia, tradução, jornalismo, *design*, entre outras.

Nos países do Sul Global, onde predominam empregos informais e baixa proteção social, o risco é ainda maior. A automação tende a concentrar renda e ampliar o desemprego estrutural, agravando desigualdades históricas. A lógica da eficiência substitui o valor social do trabalho, e a ideia de progresso tecnológico torna-se justificativa para a precarização (Norton, 2017).

Paralelamente, a inteligência artificial impacta as democracias contemporâneas. Algoritmos de recomendação amplificam desinformação e polarização, moldando o debate público. As eleições realizadas no Brasil em 2018 e 2022, nos Estados Unidos em 2016 e na Índia em 2019 evidenciaram como sistemas de inteligência artificial podem ser empregados para manipular emoções políticas e distorcer percepções da realidade.

O espaço público, mediado por plataformas privadas, perde seu caráter de deliberação racional e se converte em campo de disputa algorítmica. Como destaca Morozov (2018), a governança digital não é neutra: ela traduz interesses econômicos e políticos em códigos e interfaces. Assim, o controle sobre os fluxos de informação converte-se em forma de poder soberano.

4.3 Vieses, exclusões e desigualdades digitais

Os sistemas algorítmicos reproduzem e amplificam as desigualdades sociais que pretendem resolver. Pesquisas do *Gender Shades Project* identificaram taxas de erro de até 35% no reconhecimento facial de mulheres negras, enquanto para homens brancos o índice era de apenas 1% (Buolamwini; Gebru, 2018). Um estudo federal norte-americano de 2019 apontou que pessoas negras, asiáticas e mulheres têm até cem vezes mais chances de serem identificadas erroneamente (Harwell, 2019).

Esses vieses não são anomalias técnicas, mas sintomas de um sistema de produção de conhecimento excludente. A ausência de diversidade nos conjuntos de dados e nas equipes de desenvolvimento reflete a estrutura racial e de gênero do capitalismo global. Como observa Noble (2018), a discriminação algorítmica não é um erro do código, mas o código do erro, a tradução matemática de preconceitos históricos.

A exclusão também se manifesta no acesso desigual às infraestruturas digitais. Segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT, 2024), 2,6 bilhões de pessoas ainda estão desconectadas da internet, representando quase um terço da população mundial. Na África, apenas 38% da população tem acesso à rede, contra 93% na Europa. Isso significa que a promessa de uma “IA global” é, na realidade, privilégio de poucos.

A dependência de plataformas estrangeiras aprofunda a vulnerabilidade dos países periféricos. Na América Latina, o WhatsApp, controlado pela Meta, é usado por mais de 90% da população conectada (Data-

Reportal, 2024), tornando-se praticamente uma infraestrutura pública privada. Quando plataformas privadas se tornam mediadoras inevitáveis da comunicação, a soberania informacional é dissolvida (Ogécime, 2021).

Esses processos configuram o que Han (2014a) denomina distopia suave, entendida como uma dominação que se instala sem violência, sob o disfarce da conveniência. A IA, longe de ser apenas ferramenta de inovação, transforma-se em instrumento de normalização das desigualdades. O colonialismo digital, portanto, não opera apenas sobre territórios ou economias, mas sobre subjetividades, e é precisamente nesta dimensão que o poder contemporâneo se torna mais profundo e difícil de contestar.

5. ECOLOGIA, MILITARIZAÇÃO E GOVERNANÇA DA IA

5.1 Impactos energéticos e ambientais

A inteligência artificial carrega uma pegada ecológica massiva, frequentemente invisibilizada pelo discurso de inovação. Treinar grandes modelos de linguagem requer quantidades exorbitantes de energia, água e recursos minerais. Hao (2019) revelou que o treinamento de um único modelo de larga escala, como o GPT-3, emitiu mais de 550 toneladas de CO₂, o equivalente a 125 automóveis em uso por um ano.

Além da energia, há o consumo hídrico. Estimativas de Li *et al.* (2023) apontam que o treinamento de modelos da OpenAI demandou cerca de 700 mil litros de água apenas para resfriamento de *data centers*, vo-

lume suficiente para a produção de aproximadamente 370 carros elétricos. Esses números evidenciam que o “imaterial” digital é profundamente material, implicando extração, poluição e esgotamento de recursos naturais.

O colonialismo digital, portanto, opera simultaneamente nos planos econômico, cognitivo e ecológico, articulando exploração de recursos, controle do conhecimento e degradação ambiental. Países do Sul Global fornecem energia, minerais e até clima para a sustentabilidade do Norte digital. A infraestrutura da IA repousa sobre cadeias extrativistas que concentram danos ambientais nos territórios periféricos. Trata-se, como observa Dussel (1977), de uma nova forma de acumulação pela desposseção, em que a modernidade tecnológica continua a se alimentar da injustiça ambiental².

2 O conceito de injustiça ambiental refere-se à desigualdade com que os impactos ambientais negativos e os benefícios ambientais positivos são distribuídos entre diferentes grupos sociais, especialmente em função de raça, cor, origem nacional ou condição socioeconômica. Historicamente, o movimento pela justiça ambiental emergiu nos Estados Unidos na década de 1980, em comunidades afro-americanas que foram alvo de despejos de resíduos tóxicos e instalações ambientais indesejadas, o que evidenciou a intersecção entre direitos civis e meio ambiente. O termo ganhou impulso institucional na virada para os anos 1990, com políticas federais norte-americanas voltadas para reduzir os efeitos adversos sobre populações minoritárias e de baixa renda. A partir desse núcleo, o conceito expandiu-se internacionalmente, incorporando dimensões globais de extração, deslocamento e colonialismo ecológico.

5.2 Poder corporativo e financeirização

As plataformas digitais assumiram o papel de novos senhores feudais do capitalismo informacional. As cinco maiores corporações – Microsoft, Google, Amazon, Meta e Apple – controlam mais de 75% do mercado global de computação em nuvem, infraestrutura essencial para a IA (Synergy Research, 2024). A concentração de poder é tamanha que essas empresas se tornaram equivalentes a Estados em capacidade de investimento e influência política (Ogécime, 2021).

Em 2023, a Microsoft investiu US\$ 13 bilhões na OpenAI, enquanto a Amazon destinou US\$ 4 bilhões à Anthropic (Oguh, 2024; Reuters, 2025). O valor de mercado da Microsoft ultrapassou US\$ 3 trilhões em 2024, e o simples anúncio de integração do ChatGPT ao Bing adicionou US\$ 80 bilhões em uma semana (Reuters, 2025). Esses números ilustram a financeirização extrema da IA, uma tecnologia transformada em ativo especulativo, impulsionado por expectativas e narrativas de disrupção.

O tecnofeudalismo manifesta-se, assim, na fusão entre poder econômico, tecnológico e simbólico. Mais do que vender produtos, as corporações moldam as formas de comunicar, acessar e compreender o mundo, instituindo padrões que atravessam tanto a economia quanto a própria produção de sentido. Elas criam as regras, controlam as infraestruturas e moldam os imaginários. A vida digital se torna, como diria Durand (2021), uma economia de pedágios na qual tudo passa pelas plataformas e tudo é tributado por elas.

5.3 IA e militarização do capital

A inteligência artificial é também instrumento de poder militar. Segundo o relatório *GlobalData* (2024), o mercado de IA militar deve ultrapassar US\$ 13 bilhões até 2030, liderado por Estados Unidos e China. Em 2022, o Pentágono criou o *Joint Artificial Intelligence Center* (JAIC) com orçamento inicial de US\$ 1,3 bilhão, destinado a integrar IA em operações autônomas, vigilância e defesa cibernética (Jaic, 2022; Grand View Research, 2024; Mordor Intelligence, 2024a).

Nesse contexto, a fronteira entre inovação civil e uso militar é cada vez mais difusa. Tecnologias de visão computacional, drones e reconhecimento facial, desenvolvidas para o consumo cotidiano são rapidamente adaptadas para fins bélicos. A lógica do *dual use* (uso duplo), consolida a IA como ativo estratégico na geopolítica contemporânea (Trusilo; Danks, 2024).

Essa militarização reforça o que Varoufakis (2024) denomina de capitalismo de vigilância total, um regime que combina acumulação econômica com controle securitário. No limite, o poder algorítmico não se restringe ao mercado, ele se torna dispositivo de guerra e dominação global. O colonialismo digital encontra, assim, sua expressão mais dura, a colonialidade armada, em que a informação e o cálculo substituem a ocupação territorial.

5.4 Regulação e governança assimétrica

Diante dessas transformações, a regulação da IA torna-se um campo de disputa política. Em 2024, a União Europeia aprovou a *AI Act*, primeira legisla-

ção abrangente sobre inteligência artificial no mundo. O texto proíbe práticas como *social scoring* e impõe exigências rígidas para sistemas de alto risco (União Europeia, 2024). Já a China, desde 2021, exige registro estatal de algoritmos e obriga empresas a seguirem “valores socialistas fundamentais”, um controle político direto sobre o código (Godoy; Belotti, 2024).

Na América Latina, os avanços são mais tímidos. O Brasil aprovou em 2023 o PL 21/2020, marco legal da IA que propõe estabelecer princípios, direitos e deveres para o desenvolvimento e uso responsável de sistemas de IA no país. O texto se encontra ainda em tramitação no Senado, fortemente influenciado por setores empresariais (Brasil, 2020). Neste caso, a urgência estabelece o risco na ideia de importar modelos regulatórios desenhados em contextos distintos, perpetuando a dependência jurídica e tecnológica.

Recentemente, o Brasil aprovou a Lei nº 14.811/2024, que criminaliza as violências psicológicas e sexuais praticadas em ambiente digital, especialmente contra crianças e adolescentes, reforçando o arcabouço legal de enfrentamento ao assédio e à pedofilia online (Brasil, 2024). Paralelamente, tramita a proposta de regulação do uso da internet por crianças e adolescentes, voltada à criação de mecanismos de segurança digital, controle parental e responsabilização de plataformas. Essas medidas sinalizam um movimento mais amplo de tentativa de governança das tecnologias digitais, embora ainda fragmentado e reativo diante da velocidade de expansão das infraestruturas algorítmicas.

A ausência de uma governança multilateral reforça o desequilíbrio entre Norte e Sul. O Sul Global participa como consumidor das normas e padrões criados no

Norte, mas raramente como coautor. Como observam Couldry e Mejías (2019), a governança da IA é também uma forma de colonialismo normativo, ou seja, define-se quem tem o direito de legislar sobre o futuro (Natarski, 2023).

A resistência passa por construir mecanismos de regulação orientados por direitos humanos, diversidade epistêmica e autonomia tecnológica. É necessário pensar a regulação não apenas como controle do risco, mas também como redistribuição de poder. Em outras palavras, regular é também descolonizar.

6. SOBERANIA TECNOLÓGICA E JUSTIÇA INFORMACIONAL

6.1 Soberania, diversidade e epistemologias plurais

A superação do tecnofeudalismo e do colonialismo digital exige a reconstrução de uma soberania tecnológica baseada em justiça social e pluralidade epistêmica. A soberania, neste contexto, não se reduz à capacidade estatal de produzir tecnologia, mas implica o direito coletivo de definir as condições sob as quais a tecnologia é concebida, utilizada e regulada.

Essa soberania requer uma transformação estrutural das infraestruturas digitais, rompendo com o monopólio das grandes corporações. É preciso investir em capacidade computacional pública e em consórcios regionais de supercomputação, como o projeto Latam-GPT, em desenvolvimento por mais de 20 países da América Latina (Lagos, 2025). Essa iniciativa busca

promover uma IA regional, treinada em múltiplas línguas e culturas, com bases de dados que representem os contextos locais.

Concomitantemente, é indispensável democratizar a produção do conhecimento tecnológico, ampliando as vozes e os repertórios linguísticos que alimentam a inteligência artificial. A predominância de idiomas hegemônicos na formação dos modelos reforça a concentração de poder cognitivo e a exclusão de epistemologias situadas. Nesse sentido, a colonização algorítmica não se limita à infraestrutura ou aos fluxos econômicos, mas se estende à linguagem e ao imaginário, restringindo o horizonte do que pode ser reconhecido como saber legítimo. Como observa Grosfoguel (2016), a decolonização exige também um deslocamento ontológico e linguístico, capaz de romper com a hierarquia epistêmica que sustenta o capitalismo informacional.

Portanto, uma IA justa e plural precisa incorporar os epistemes do Sul Global: modos de ver, sentir e conhecer que não se encaixam na racionalidade técnico-instrumental do Ocidente. As cosmologias ameríndias, africanas e quilombolas, por exemplo, oferecem visões de mundo centradas na interdependência e na reciprocidade, princípios que podem inspirar formas alternativas de inteligência artificial, enraizadas em solidariedade e cuidado (Masolo, 1994; Sahlins, 2000; Latour, 2010; Mignolo; Vázquez, 2013).

6.2 Propostas de regulação e ética algorítmica

A governança da IA deve ser orientada por direitos humanos, transparência e responsabilidade social. No entanto, isso exige ultrapassar a noção tecnocrática de “ética da IA”, frequentemente cooptada por empresas que usam o discurso ético como *marketing* (Seele, 2022; Whittaker, 2021).

Trata-se de construir uma ética algorítmica decolonial, voltada não só à mitigação de danos, mas também à redistribuição de poder. Isso implica:

1. **Transparência e auditabilidade:** algoritmos de alto impacto devem ser auditáveis por instâncias independentes, com obrigatoriedade de divulgação de critérios de decisão.
2. **Proteção do trabalho humano:** políticas de proteção social para trabalhadores digitais e microtarefeiros, com reconhecimento jurídico e previdenciário.
3. **Inclusão epistêmica:** financiamento de projetos de IA em línguas e epistemes sub-representadas.
4. **Participação democrática:** criação de conselhos públicos para debater impactos e orientar políticas nacionais de IA.

Como observa Varoufakis (2024), o desafio não é apenas regular as tecnologias, mas regular o poder que as produz. A ética, nesse sentido, deve ser política; e a política, por sua vez, precisa ser orientada pela justiça social.

A América Latina pode desempenhar um papel protagonista nesse processo, articulando suas tradições críticas e experiências de resistência. O pensamento decolonial oferece, aqui, um horizonte de reconstrução civilizatória que pode ser explorado. Neste caso, não se trataria apenas de incluir o Sul Global na modernidade digital, mas de reinventar a própria modernidade.

6.3 Horizontes decoloniais da inteligência artificial

Pensar a IA a partir do Sul Global é mais do que questionar as desigualdades existentes; é propor alternativas ontológicas e epistemológicas. Uma IA decolonial não busca reproduzir os parâmetros ocidentais de eficiência e produtividade, mas construir inteligências múltiplas, enraizadas em solidariedade e pluralidade cultural.

Essa visão exige reconhecer que os algoritmos são também espaços de disputa simbólica. Cada linha de código carrega uma visão de mundo. Assim, decolonizar a IA é decolonizar o pensamento técnico, romper a separação entre racionalidade e sensibilidade, entre cálculo e cuidado.

A diversidade epistêmica é a única garantia de uma ciência verdadeiramente democrática (Santos, 2019). No campo da IA, isso significa promover *data-sets* plurais, *open source* comunitário e redes cooperativas de inovação. Em vez de reproduzir a dependência tecnológica, é preciso cultivar ecossistemas de conhecimento que fortaleçam a autonomia e a dignidade coletiva.

A justiça informacional emerge, neste sentido, como horizonte normativo e ético: o direito de produzir, circular e interpretar informações em condições de equidade (Sena, 2023). Ela perspectiva articular, neste cenário, a soberania tecnológica à diversidade cultural, superando o monopólio epistemológico do Norte Global.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A era da inteligência artificial aprofunda as contradições do capitalismo global. O tecnofeudalismo e o colonialismo digital não são distopias futuras, são realidades presentes que reconfiguram o trabalho, o ambiente e a subjetividade. As corporações que controlam a infraestrutura digital concentram poder como novos senhores feudais, enquanto o Sul Global permanece fornecedor de insumos e dados.

No entanto, essa mesma era abre brechas de resistência. A emergência de redes de pesquisa independentes, iniciativas regionais e debates éticos em torno da regulação e da justiça digital apontam caminhos possíveis para uma transformação estrutural.

Superar o tecnofeudalismo implica recuperar o sentido político da tecnologia; implica compreender que a IA é um espelho de escolhas civilizatórias, podendo perpetuar a dominação ou fomentar a emancipação. O futuro não está inscrito no algoritmo, ele será definido pelas epistemologias que se escolhe cultivar e pelos direitos que se decide preservar.

Uma inteligência artificial justa, plural e emancipatória depende de três pilares: **soberania tecnológica, diversidade epistêmica e valorização do trabalho**

humano. Estes não são apenas princípios éticos, mas também fundamentos de uma nova gramática política da era digital, no sentido foucaultiano; uma gramática capaz de reverter a lógica da dependência e inaugurar uma ecologia de saberes e tecnologias orientada pela vida.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** pelo convite para participar do ciclo de estudos “a Corrida pela Inteligência Artificial: Distopias Capitalistas e Resistências Decoloniais”, que proporcionou um espaço fecundo de diálogo e reflexão crítica sobre os rumos da tecnologia e da sociedade, em especial, ao Guilherme Tenher Rodrigues, pelo alinhamento de propósitos, pela generosidade constante; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio concedido no âmbito do projeto Governança Algorítmica, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AHMED, Nur; WAHED, Muntasir. The De-democratization of AI: Deep learning and the compute divide in artificial intelligence research. **arXiv preprint** arXiv:2010.15581, 2020.

BESIROGLU, Tamay; BERGERSON, Sage Andrus; MICHAEL, Amelia; HEIM, Lennart; LUO, yun; THOMPSON, Neil. The compute divide in machine learning: A threat to academic contribution and scrutiny? **arXiv preprint** arXiv:2401.02452, 2024.

BINNS, Reuben; STEIN, Jake; DATTA, Siddhartha; KLEEK, Max Van; SHADBOLT, Nigel. Not Even Nice Work If You Can Get It: A Longitudinal Study of Uber’s Algorithmic Pay and Pricing. **Conference:** The 2025 ACM Conference on Fairness, Accountability, and Transparency; June 23-26, 2025; Athens, Greece.

BRASIL. **Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024.** Altera o Código Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Civil da Internet para agravar penas e tipificar crimes de violência psicológica, sexual e digital contra crianças e adolescentes. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 21, de 2020.** Estabelece fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil; e dá outras providências. Brasília, DF, 2020.

BRATTON, Benjamin H. **The Stack:** On Software and Sovereignty. Cambridge, MA: MIT Press, 2016.

BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit. Gender Shades: Intersectional Accuracy Disparities in Commercial Gender Classification. **Proceedings of Machine Learning Research**, v. 81, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://proceedings.mlr.press/v81/buolamwini18a.html>. Acesso em: 22 out. 2025.

CASILLI, Antonio A. **En attendant les robots:** enquête sur le travail du clic. Paris: Seuil, 2019.

CEIA, Eleonora Mesquita; DUARTE, Daniel Edler (org.). **Tecnologia, segurança e direitos:** os usos e riscos de sistemas de reconhecimento facial no Brasil. Rio de Janeiro, 2022.

Chin, Josh; Lin, Liza. **Surveillance State:** Inside China’s Quest to Launch a New Era of Social Control. St Martin’s Press, 2022.

CITRON, Danielle Keats; PASQUALE, Frank. The scored society: Due process for automated predictions. **Washington Law Review**, v. 89, n. 1, p. 1-33, 2014. Disponível em: https://digitalcommons.law.umaryland.edu/fac_pubs/1438/. Acesso em: 22 out. 2025.

COULDRY, Nick; MEJÍAS, Ulises A. **The Costs of Connection: Howv Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism**. Stanford: Stanford University Press, 2019.

CRAWFORD, Kate. **Atlas da IA: poder, política e os custos planetários da inteligência artificial**. Tradução de Humberto do Amaral. São Paulo: Edições Sesc, 2025.

DATAREPORTAL. **Global Digital Overview Report**. Londres: Kepios, We Are Social e Meltwater, 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-global-overview-report>. Acesso em: 15 out. 2025.

DATAREPORTAL. **Global Digital Insights Report 2024**. Disparities in Commercial Gender Classification. MIT Media Lab, 2018.

DURAND, Cédric. **Tecnofeudalismo: crítica da economia digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1977.

EUROPEAN PARLIAMENT. **Artificial Intelligence Act: MEPs adopt landmark law**. Press European Union. EUR-Lex. Access to European Union law. Regulation-EU-2024/1689.

EUROPOL. **AI and policing: The benefits and challenges of artificial intelligence for law enforcement**. European Union Agency for Law Enforcement Cooperation, 2024.

FUENTES, O. V. Life of a Latin American Data Worker. In: M. Miceli, A. Dinika, K. Kauffman, C. Salim Wagner, & L. Sachembacher (eds.). **Data Workers' Inquiry**. Creative Commons BY 4.0, 2024.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **IA contribui com a economia global, mas amplia divergências** (matéria de síntese, 2025). Disponível em: <https://www.cnnbrasil>.



com.br/economia/macroeconomia/fmi-ia-contribui-com-economia-global-mas-traz-divergencia-entre-paises/. Acesso em: 18 out. 2025.

GLOBALDATA. **Artificial Intelligence (AI) in Defense-Strategic Intelligence**. GlobalData Store, 2024. Disponível em: <https://www.globaldata.com/store/report/ai-in-aerospace-and-defense-theme-analysis/>. Acesso em: 16 out. 2025.

GODOY, Cristina; BELOTTI, Emily Liene. O que a China pode nos (des) orientar sobre o arquivamento de algoritmos de I.A. **Migalhas**, 11 out. 2024.

GOLDMAN SACHS. Generative AI could raise global GDP by 7%. **Artificial Intelligence**. New York, 2023. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/articles/generative-ai-could-raise-global-gdp-by-7-percen-t>. Acesso em: 23 out. 2025.

GRAND VIEW RESEARCH. **Artificial Intelligence in Military Market Size, Share & Trends, 2024-2030**. Washington, 2024.

GROSFOGUEL, Ramón. Del “extractivismo económico” al “extractivismo epistémico” y al “extractivismo ontológico”: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. **Ta-bula Rasa**, Bogotá, n. 24, p. 123-143, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Áyiné, 2018a.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018b.

HANCOCK, L.; RALPH, N.; ALI, S. H. Bolivia’s lithium frontier: Can public private partnerships deliver a minerals boom for sustainable development? **Journal of Cleaner Production**, v. 178, 2018.

HAO, Karen. Training a single AI model can emit as much carbon as five cars in their lifetimes. Deep learning has a terrible carbon footprint. **Artificial Intelligence: MIT Technology Review**, 2019.

HARWELL, Drew. Federal study confirms racial bias of many facial-recognition systems, casts doubt on their expanding use. **The Washington Post**: Democracy Dies in Darkness, December 19, 2019.

HEEKS, Richard. From Digital Divide to Digital Justice in the Global South: Conceptualising Adverse Digital Incorporation. *Information Technology for Development. Computer Science - Computers and Society*. **arXiv:2108.09783**, v. 27, n. 4, p. 643-665, 2021.

HUYNH, Haakon. Digital Sovereignty or Dependency? The Political Economy of AI Infrastructure in Vietnam. **SSRN Electronic Journal**, 2025.

JOINT ARTIFICIAL INTELLIGENCE CENTER (JAIC). U. S. **Department of defense responsible e Artificial Intelligence strategy and Implementation pathway**. Prepared by the DoD Responsible AI Working Council in accordance with the memorandum issued by Deputy Secretary of Defense Kathleen Hicks on May 26, 2021, Implementing Responsible Artificial Intelligence in the Department of Defense. June 2022.

KOSTKA, Genia. China's social credit systems and public opinion: Explaining high levels of approval. **New Media & Society**, v. 21, n. 7, p. 1565-1593, 2019.

LAGOS, Anna. Latam-GPT: Meet the Open Source AI of Latin America. **Wired**, 1 Sept. 2025. Disponível em: <https://www.wired.com/story/latam-gpt-the-free-open-source-and-collaborative-ai-of-latin-america/> Acesso em: 22 jul. 2025.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

LI, Pengfei; YANG, Jianyi; ISLAM, Mohammad A.; REN, Shaolei. Making AI Less “Thirsty”: Uncovering and Addressing the Secret Water Footprint of AI Models. **arXiv preprint arXiv:2304.03271**, 2023.

LYNN, Samara. **These Countries, Companies are in an AI Patent Frenzy**: Report, 2025.

MASLEJ, Nestor et al. Artificial intelligence index report 2025. **arXiv preprint arXiv:2504.07139**, 2025. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2504.07139>. Acesso em: 15 out. 2025.

MASOLO, Dismas. **African Philosophy in Search of Identity**. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

MAYER, M.; LU, Y. C. Global structures of digital dependence and the rise of technopoles. **New Political Economy**, 30(5), 755-774, 2025.

MIGNOLO, Walter; VÁZQUEZ, Rolando. **Decoloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debate**. Durham: Duke University Press, 2013.

MONTEIRO, Pedro Diogo Carvalho. **Reconhecendo faces, enclausurando corpos terror racial, vigilância racializadora e o uso policial do reconhecimento facial na Bahia**. Dissertação (Mestrado). Salvador, 2022.

MORDOR INTELLIGENCE. Artificial Intelligence and Analytics in Defense Market Size & Share Analysis-Growth Trends & Forecasts (2025-2030). **AI and Analytics in Defense Market Size**, Washington, 2024a.

MORDOR INTELLIGENCE. China Video Surveillance Market Size and Share. **Technology, Media and Telecom Research**. Medium, 2024b.

MOROZOV, Evgeny. **A crítica da razão digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Apelo global para uso responsável da IA e fortalecimento de infraestrutura pública digital** (nota institucional, 16 jun. 2025). Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/296319-nações-unidas-lançam-apelo-global-para-que-inteligência-artificial-seja-empregada-para> Acesso em: 20 out. 2025.

NATORSKI, Michal. Compromise in Multilateral Negotiations and the Global Regulation of Artificial Intelligence. **arXiv**, 29 Sept. 2023. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2309.17158>. Acesso em: 20 out. 2025.

NAUGHTON, B. **The rise of China's industrial policy, 1978-2020**. México: UNAM, 2021.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism**. New York: New York University Press, 2018.

NORTON, A. **Automation and inequality**: the changing world of work in the global South. 2017. Disponível em: <https://www.iied.org/11506iied>. Acesso em: 20 out. 2025.

OGÉCIME, Mardochée. **(Re) pensando a sociedade da informação e do conhecimento na periferia**: um estudo de caso do Haiti. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

OGUH, Chibuike. Microsoft hits \$3 trillion market value, second to Apple. **Reuters**, January 25, 2024.

PETERSON, Dahlia. AI and the surveillance state. **Chinese Power and Artificial Intelligence**. Routledge, 2022. p. 205-222.

PILZ, Konstantin F.; RAHMAN, Robi; SANDERS, James; HEIM, Lennart. **Private-sector companies own a dominant share of GPU clusters**. June 05, 2025. Disponível em: <https://epoch.ai/data-insights/ai-supercomputers-performance-share-by-sector>. Acesso em: 22 out. 2025.

QI, Weihong. Revisiting the Resource Curse in the Age of Energy Transition: Cobalt Reserves and Conflict in Africa. **arXiv preprint arXiv:2404.17713**, 2024.

RADWAN, Ahmad. Digital Colonialism and Resource Extraction in Africa. **Institute AI Jazeera**, 2024a.

RADWAN, Ahmad. Digital Colonialism: The Global South Facing Closed Screens. **AI Jazeera Journalism Review**, dec. 2024b.

RAPACKÉ, Andrew. **AI Patents by Country Revealed**: The Top 15 Nations Dominating the 2025 Landscape Category: IA. Rapacké Law Group. 2025.

REUTERS. From OpenAI to Meta, firms channel billions into AI infrastructure as demand booms. **Business-Ruters**, October 15, 2025.

SAHLINS, Marshall. **Ilha de paciência**: razão e prática nas ilhas do pacífico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.



SEELE, P. From Greenwashing to Machinewashing: A Model and Reflective Critical Perspective on Technology Ethics and Corporate Power. **Journal of Business Ethics**, v. 177, n. 3, p. 523-544, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-022-05054-9>. Acesso em: 23 out. 2025.

SENA, Priscila. Justiça informacional em ciência, tecnologia e inovação no Brasil: reflexões e ações necessárias. **Em Questão: Revista de Ciências Sociais**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 1-22, 2023.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

SYNERGY RESEARCH GROUP. Cloud Market Share Q1 2024: Amazon, Microsoft and Google Maintain Their Grip on a Growing Market. **Reno, Nevada: Synergy Research Group**, 2024.

TRUSILO, Daniel; DANKS, David. Commercial AI, Conflict, and Moral Responsibility: A theoretical analysis and practical approach to the moral responsibilities associated with dual-use AI technology. **arXiv**, 30 jan. 2024. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2402.01762>. Acesso em: 23 out. 2025.

TUBARO, P.; CASILLI, A. A.; FERNÁNDEZ, M. M.; LONGO, J.; TORRES, C.J.; VIANA B. M. The digital labour of artificial intelligence in Latin America: a comparison of Argentina, Brazil, and Venezuela. **Globalizations**, p. 1-16, 2025.

TUBARO, Paola; CASILLI, Antonio. **Micro-work and Invisible Labour in AI Economies**. CNRS, 2025.

UNGER, Noam; McLEAN, Madeleine. **An Open Door**: AI Innovation in the Global South amid Geostrategic Competition. Washington, DC: CSIS, 2025.

UNIÃO EUROPEIA. Regulation (EU) 2024/1689 of the European Parliament and of the Council of 13 June 2024 laying down harmonised rules on artificial intelligence (Artificial Intelligence Act). **Jornal Oficial da União Europeia**, 12 jul. 2024. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2024/1689/oj/eng> Acesso em: 27 out. 2025.

UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (UIT). Measuring Digital Development: Facts and Figures 2024. Genebra: **ITU Publications**, 2024. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/facts/default.aspx>. Acesso em: 15 out. 2025.

VAROUFAKIS, Yanis. **Tecnofeudalismo**: o sucessor furtivo do capitalismo. Madrid: 2024.

WALL, P. G.; SAXENA, D.; BROWN, S. **Artificial Intelligence in the Global South (AI4D)**: Potential and Risks. 2021. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2108.10093>. Acesso em: 15 out. 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**, v. 1: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Tradução de Carlos Leite, Fatima Martins e Joel de Lisboa, Porto, Afrontamento, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Comprendre Le Monde**. Paris: La Découverte, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. World-Systems Analysis. In: MODELSKI, G. **Encyclopedia of Life Support 76 Systems (EOLSS)**, UNESCO. Eolss Publishers, Oxford, 2004, p.1-14. Disponível em: <https://www.eolss.net/sample-chapters/c04/E6-94-01.pdf> Acesso em: 13 ago. 2025.

WHITTAKER, Meredith. The Steep Cost of Capture. **Interactions**, v. 28, n. 6, p. 50-55, nov./dez. 2021.

WIRED. **Latam-GPT**: Latin America's Bid for AI Sovereignty, 2024.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). Generative Artificial Intelligence. **Patent Landscape Report**. Geneva: WIPO, 2024.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Mardochée Ogécime



Mardochée Ogécime. Professor visitante na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil, 07/2024 - 11/2025); doutorando em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Ouro Preto; pós-graduando do Curso de Especialização em Estatística Computacional Aplicada da Universidade Federal de Minas Gerais; doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia; engenheiro informático pela Universidad Tecnológica de Santiago (UTESA, República Dominicana, 2012); especialista em Segurança Cibernética (IGTI/XPe, 2022-2023) e em Gestão de projetos pela CBTech (Universidad Tecnológica Nacional, Argentina, 2015). Fez estágio pós-doutoral em Ciência da Informação na Escola de Ciência da Informação da UFMG, pesquisador associado ao Laboratório de Culturas e Humanidades Digitais (Labcult/ECI). Tem experiência na área de Ciência da Informação, Sistemas de Informação, Informática e Administração, com ênfase em Gestão da Informação e do Conhecimento, Planejamento Estratégico, Coordenação e Direção de Projetos. É pesquisador em Economia-política da informação, do conhecimento e das tecnologias, Estudos sobre memória e seus desdobramentos infotecnicistas, Capitalismo informacional, Capitalismo cognitivo e Indústrias inteligentes. É um teórico dos temas: Sociedade da Informação, Inteligência Artificial, Governança Algorítmica, Cultura da Informação e Cultura Informacional. Embaixador da Escola Profissional de Ennery (EPE) na América Latina desde 2022 e seu conselheiro diretivo desde 2023.



CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 A teoria da justiça de John Rawls – José Nedel
- N. 02 O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo – Sonia Montañó
- N. 04 Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 O ruído de guerra e o silêncio de Deus – Manfred Zeuch
- N. 06 BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 Mundos televisivos e sentidos identitários na TV – Suzana Kilpp
- N. 08 Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada – Valério Cruz Brittos
- N. 10 Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz – Márcia Tiburi
- N. 12 A domesticação do exótico – Paula Caleffi
- N. 13 Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular – Edla Eggert
- N. 14 Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS – Gunter Axt
- N. 15 Medicina social: um instrumento para denúncia – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 Mudanças de significado da tatuagem contemporânea – Débora Krischke Leitão
- N. 17 As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade – Mário Maestri
- N. 18 Um itinerário do pensamento de Edgar Morin – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 Os donos do Poder, de Raymundo Faoro – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 Sobre técnica e humanismo – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 Construindo novos caminhos para a intervenção societária – Lucilda Selli
- N. 22 Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático – Valério Rohden
- N. 24 Imagens da exclusão no cinema nacional – Miriam Rossini
- N. 25 A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – Rosa Maria Serra Bavarese
- N. 27 O modo de objetivação jornalística – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 A cidade afetada pela cultura digital – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 Getúlio, romance ou biografia? – Juremir Machado da Silva
- N. 31 A crise e o êxodo da sociedade salarial – André Gorz
- N. 32 À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Muszkopf
- N. 33 O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos – Marco Aurélio Santana
- N. 35 Adam Smith: filósofo e economista – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos



- N. 36 Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial – Luiz Mott
- N. 39 Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo – Gentil Corazza
- N. 40 Corpo e Agenda na Revista Feminina – Adriana Braga
- N. 41 A (anti)filosofia de Karl Marx – Leda Maria Paulani
- N. 42 Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa” – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistemática de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo – Gérard Donnadieu
- N. 45 A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica – Lothar Schäfer
- N. 46 “Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju – Ceres Karam Brum
- N. 47 O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter – Achyles Barcellos da Costa
- N. 48 Religião e elo social. O caso do cristianismo – Gérard Donnadieu
- N. 49 Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras – Evilázio Teixeira
- N. 51 Violências: O olhar da saúde coletiva – Érida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 Ética e emoções morais – Thomas Kesselring
- N. 53 Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 Computação Quântica. Desafios para o Século XXI – Fernando Haas
- N. 54 Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil – An Vranckx
- N. 55 Terra habitável: o grande desafio para a humanidade – Gilberto Dupas
- N. 56 O decrescimento como condição de uma sociedade convivial – Serge Latouche
- N. 57 A natureza da natureza: auto-organização e caos – Günter Küppers
- N. 58 Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades – Hazel Henderson
- N. 59 Globalização – mas como? – Karen Gloy
- N. 60 A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida – Cesar Sanson
- N. 61 Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo – Regina Zilberman
- N. 62 Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo – Artur Cesar Isaia
- N. 65 Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical – Léa Freitas Perez
- N. 66 Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675) – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa – João Guilherme Barone
- N. 68 Contingência nas ciências físicas – Fernando Haas

- N. 69 A cosmologia de Newton – Ney Lemke
N. 70 Física Moderna e o paradoxo de Zenon – Fernando Haas
N. 71 O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini
N. 72 Da religião e de juventude: modulações e articulações – Léa Freitas Perez
N. 73 Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa – Eduardo F. Coutinho
N. 74 Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho – Mário Maestri
N. 75 A Geologia Arqueológica na Unisinos – Carlos Henrique Nowatzki
N. 76 Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto – Ana Maria Lugão Rios
N. 77 Progresso: como mito ou ideologia – Gilberto Dupas
N. 78 Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda – Octavio A. C. Conceição
N. 79 Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul – Moacyr Flores
N. 80 Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território – Arno Alvarez Kern
N. 81 Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula – Gláucia de Souza
N. 82 Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão – Marco Aurélio Santana
N. 83 Dimensões normativas da Bioética – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
N. 84 A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza – Attico Chassot
N. 85 Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo – Patrícia Almeida Ashley
N. 86 Autonomia na pós-modernidade: um delírio? – Mario Fleig
N. 87 Gauchismo, tradição e Tradicionalismo – Maria Eunice Maciel
N. 88 A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz – Marcelo Perine
N. 89 Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade – Laurício Neumann
N. 90 Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida – Maria Cristina Bohn Martins
N. 91 Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo – Franklin Leopoldo e Silva
N. 92 Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática – Daiane Martins Bocasanta
N. 93 A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro – Carlos Alberto Steil
N. 94 Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos – Cesar Sanson
N. 95 De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência – Peter A. Schulz
N. 96 Vianna Moog como intérprete do Brasil – Enildo de Moura Carvalho
N. 97 A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica – Marinês Andrea Kunz
N. 98 Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões – Susana Maria Rocca Larrosa
N. 99 Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house – Vanessa Andrade Pereira
N. 100 Autonomia do sujeito moral em Kant – Valerio Rohden
N. 101 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1 – Roberto Camps Moraes
N. 102 Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência – Adriano Premebida
N. 103 ECODE – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso – Eliane Schlemmer



- N. 104 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2 – Roberto Camps Moraes
- N. 105 Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos – Paula Corrêa Henning
- N. 107 Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático? – Telmo Adams
- N. 109 Transumanismo e nanotecnologia molecular – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 Formação e trabalho em narrativas – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda – Denis Simões
- N. 113 Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra – Esp. Yentl Delanhési
- N. 114 SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro – Sonia Montão
- N. 115 Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 Humanizar o humano – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 Colonizando e descolonizando mentes – Marcelo Dascal
- N. 119 A espiritualidade como fator de proteção na adolescência – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 A dimensão coletiva da liderança – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos – Eduardo R. Cruz
- N. 122 Direito das minorias e Direito à diferenciação – José Rogério Lopes
- N. 123 Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios – Wilson Engelmänn
- N. 124 Desejo e violência – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 As nanotecnologias no ensino – Solange Binotto Fagan
- N. 126 Câmara Cascudo: um historiador católico – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável – Paulo Roberto Martins
- N. 131 A *philia* como critério de inteligibilidade da mediação comunitária – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 Linguagem, singularidade e atividade de trabalho – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann – Leonardo Grison
- N. 134 Motores Biomoleculares – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 As redes e a construção de espaços sociais na digitalização – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstróem suas vidas – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis – Maria Cristina Bohn Martins

- N. 139 Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades – Marise Borba da Silva
- N. 140 Platão e os Guarani – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 Direitos humanos na mídia brasileira – Diego Airoso da Motta
- N. 142 Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio – Greyce Vargas
- N. 143 Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 Inclusão e Biopolítica – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente – Bianca Sordi Stock
- N. 146 Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD – Camila Moreno
- N. 147 O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais – Caetano Sordi
- N. 148 Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS – Fernanda Schutz
- N. 149 Cidadania, autonomia e renda básica – Josué Pereira da Silva
- N. 150 Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética – José Rogério Lopes
- N. 151 As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou “por que voltar ao México 100 anos depois” – Claudia Wasserman
- N. 153 Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate – Stefano Zamagni
- N. 154 Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'ýikue no município de Caarapó-MS – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica – Stefano Zamagni
- N. 156 Intermittências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento – Stefano Zamagni
- N. 158 “Passemos para a outra margem”: da homofobia ao respeito à diversidade – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 A ética católica e o espírito do capitalismo – Stefano Zamagni
- N. 160 O Slow Food e novos princípios para o mercado – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião – André Brayner de Farias
- N. 162 O modus operandi das políticas econômicas keynesianas – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas – André Luiz da Silva
- N. 164 Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich? – Serge Latouche
- N. 165 Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 Convivialidade e decrescimento – Serge Latouche
- N. 167 O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 O decrescimento e o sagrado – Serge Latouche
- N. 169 A busca de um ethos planetário – Leonardo Boff
- N. 170 O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo – Marco Antonio de Abreu Scapini



- N. 171 Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes – Gerson Egas Severo
- N. 172 Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais – Bruno Pucci
- N. 173 Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral – João Roberto Barros II
- N. 174 Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas – Marcelo Fabri
- N. 175 Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 Um caminho de educação para a paz segundo Locke – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzados – Lenio Luiz Streck
- N. 179 Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro – José Rogério Lopes
- N. 183 A Europa e a ideia de uma economia civil – Stefano Zamagni
- N. 184 Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”) – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade – Stefano Zamagni
- N. 186 A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção – Luis David Castiel
- N. 189 Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero – Marlene Tamanini
- N. 190 Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito – Claudia Fonseca
- N. 191 #VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 A ciência em ação de Bruno Latour – Leticia de Luna Freire
- N. 193 Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico – Adolfo Nicolás
- N. 197 Brasil: verso e reverso constitucional – Fábio Konder Comparato
- N. 198 Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari



- N. 200 Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética – Jordi Maiso
- N. 202 Fim da Política, do Estado e da cidadania? – Roberto Romano
- N. 203 Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania – Maria da Glória Gohn
- N. 204 As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro – Fábio Konder Comparato
- N. 206 Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual – Karla Saraiva
- N. 207 Territórios da Paz: Territórios Produtivos? – Giuseppe Cocco
- N. 208 Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 As possibilidades da Revolução em Ellul – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben – Márcia Rosane Junges
- N. 211 Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo – Sandra Caponi
- N. 212 Verdade e História: arqueologia de uma relação – José D'Assunção Barros
- N. 213 A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ – José Odelso Schneider
- N. 214 Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze – Sandro Chignola
- N. 215 Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 A realidade complexa da tecnologia – Alberto Cupani
- N. 217 A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend – Hans Georg Flickinger
- N. 218 O ser humano na idade da técnica – Humberto Galimberti
- N. 219 A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre – Halina Macedo Leal
- N. 220 O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil – José Eduardo Franco
- N. 221 Neurofuturos para sociedades de controle – Timothy Lenoir
- N. 222 O poder judiciário no Brasil – Fábio Konder Comparato
- N. 223 Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão – Jesús Conill Sancho
- N. 224 O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867) – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais – Xavier Albó
- N. 226 Justiça e perdão – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor) – Martín Almada
- N. 228 A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo – Sandro Chignola
- N. 229 Um olhar biopolítico sobre a bioética – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida – Jesús Conill Sancho
- N. 232 Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança – Elsa Cristine Bevilan
- N. 234 O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945) – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 Economias Biopolíticas da Dívida – Michael A. Peters

- N. 237 Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação – Halina Macedo Leal
- N. 238 O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global? – Leandro Inácio Walter
- N. 239 Brasil: A dialética da dissimulação – Fábio Konder Comparato
- N. 240 O irrepresentável – Homero Santiago
- N. 241 O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 Uma crise de sentido, ou seja, de direção – Stefano Zamagni
- N. 243 Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão – Dirceu Koga
- N. 244 A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo – Moysés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo – Andrea Fumagalli
- N. 247 Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo – Dora Lilia Marín-Díaz
- N. 248 Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia – Roberto Romano
- N. 249 Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980) – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira – Francini Lube Guizardi
- N. 252 A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades? – Vinicius Nicastro Honesko
- N. 254 Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva – Jean-Bosco Kakozi Kashindi
- N. 255 Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles – Marcelo Castañeda
- N. 256 Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização – Altair Sales Barbosa
- N. 258 O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical? – Moysés Pinto Neto
- N. 260 Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre? – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo – Henrique Costa
- N. 262 As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira – Sauro Bellezza
- N. 264 Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) – Stela N. Meneghel
- N. 265 Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos – Aline Albuquerque
- N. 267 O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil – Giuseppe Tosi
- N. 268 Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia? – Alana Moraes de Souza

- N. 269 A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna – Viviane Zarembski Braga
- N. 271 O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza – Flavio Williges
- N. 272 Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana – Rafael Lopez Villasenor
- N. 273 Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira – Celso Gabatz
- N. 274 Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo – Acauam Oliveira
- N. 275 Tendências econômicas do mundo contemporâneo – Alessandra Smerilli
- N. 276 Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord – Atílio Machado Peppe
- N. 277 O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social – José Roque Junges
- N. 278 Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 O mal-estar na cultura medicamentalizada – Luis David Castiel
- N. 280 Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia – Alain Gignac
- N. 281 A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual – Mário José Maestri Filho
- N. 282 A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo – Angela Ganem
- N. 283 Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 Renda básica em tempos difíceis – Josué Pereira da Silva
- N. 285 Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk – Itamar Soares Veiga
- N. 288 Para arejar a cúpula do judiciário – Fábio Konder Comparato
- N. 289 A Nova Previdência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira – Marilinda Marques Fernandes
- N. 290 A Universidade em busca de um novo tempo – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras – Aloir Pacini
- N. 293 Mudança de paradigma pós-crise do coronavírus – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî – Faustino Teixeira
- N. 295 Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 Escatologias tecnopolíticas contemporâneas – Ednei Genaro
- N. 298 Narrativa de uma Travessia – Faustino Teixeira
- N. 299 Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver– Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução cientificista na análise econômica– Armando de Melo Lisboa



- N. 301 Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular– Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas - Renata Tomaz
- N. 303 A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre - Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 Ártico, o canário da mina para o aquecimento global - Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajetô empirico-metodológico de uma pesquisa - Aline Weschenfelder
- N. 306 Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas - Rosana Batista Almeida
- N. 307 História de José, O Carpinteiro, como narratividade de Esperança - Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martín-Baró, Ricoeur e Nietzsche - Lina Faria e Rafael Andrés Patino
- N. 309 Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental - Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis
- N. 310 A imagem do pobre nos filmes de Pasolini e Glauber como chave para compreender a ação do capitalismo - Vladimir Lacerda Santafé
- N. 311 Aprendizados no campo da metodologia de orientação acadêmica - Faustino Teixeira
- N. 312 O Desespero Inconsciente de Kierkegaard: melancolia, preguiça, vertigem e suicídio - Paulo Abe
- N. 313 Os Direitos Humanos como parâmetro para as democracias contemporâneas: o caso brasileiro - José Dalvo Santiago da Cruz
- N. 314 Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas - Castor M.M. Bartolomé Ruiz
- N. 315 Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura - Alexandre Alves
- N. 316 "Ecologia com espírito dentro": sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno - Nicole Soares Pinto
- N. 317 A chacinagem dos chiquitanos - Aloir Pacini e Loyuá Ribeiro F. M. da Costa
- N. 318 Mestre Eckhart: Deus se faz presente enquanto ausência de imagens e de privilégios - Matteo Raschiatti
- N. 319 Indígenas nas cidades: memórias "esquecidas" e direitos violados - Alenice Baeta
- N. 320 Pindó Poty é Guarani! - Roberto Antonio Liebgott e Aloir Pacini
- N. 321 Desbravar o Futuro. A antropotecnologia e os horizontes da humanização a partir do pensamento de Peter Sloterdijk - Rodrigo Petronio
- N. 322 A Trajetória Metodológica Suscitadora de Jesús Martín-Barbero - Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre
- N. 323 O capitalismo de crise: lógicas e estratégias de dominação - Luiz Inácio Gaiger
- N. 324 O trabalho humano no magistério do Papa Francisco - André Langer
- N. 325 Uma discussão acerca da liberdade da consciência humana: convergências e divergências entre Kierkegaard e Lutero - Heloisa Allgayer e Rafael Francisco Hiller
- N. 326 Técnica e Ética no contexto atual - Oswaldo Giacoia Junior
- N. 327 O amor ao próximo como categoria ética em Simone Weil - Ana Lúcia Guterres Dias
- N. 328 Uma abordagem da filosofia de Miki Kiyoshi - Fernando Wirtz
- N. 329 Yuval Noah Harari: pensador das eras humanas - Rodrigo Petronio
- N. 330 O Mundo é um grande Olho que vemos e que nos vê - José Angel Quintero Weir
- N. 331 A indecente hermenêutica bíblica de Clarice Lispector - João Melo e Silva Junior
- N. 332 Juventudes e as "novas" expressões da participação política - Flávio Munhoz Sofiati

- N. 333 A virosfera: aprendendo a viver com o desconhecido - Eben Kirksey
- N. 334 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume I - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 335 O Antropoceno e as ruínas da democracia: a condição humana como monstrosidade - Adriano Messias
- N. 336 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume II - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 337 O Direito e o Averso - Fábio Konder Comparato
- N. 338 Sobre o mecanismo do terrorismo político-fascista: a violência estocástica da serpente do fascismo - Rudá Ricci e Luís Carlos Petry
- N. 339 MESOCENO. A Era dos Meios e o Antropoceno - Rodrigo Petronio
- N. 340 Religião, Direito e o Redobramento de Ideias - Colby Dickinson
- N. 341 Usos do território e as cidades em transformação. Um olhar a partir da Geografia de Milton Santos - Marina Regitz Montenegro
- N. 342 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume III - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 343 Raça, etnia, negro, preto ou gênero humano? Conceitos, leitura de mundo e reflexo nas formas de pensar, ser e interagir - Iael de Souza
- N. 344 Daqui deste planeta: (t/T)erra deíctica e sazonalidade cosmopolítica - Hilan Bensusan
- N. 345 Mundo Invisível: a teia vital sob os nossos pés - Faustino Teixeira (org.)
- N. 346 O controle do lazer na sociedade de consumo: reflexões à luz da teoria crítica - Valquíria Padilha e Jean Henrique Costa
- N. 347 João Saldanha: um comunista na seleção brasileira de futebol durante o governo militar. Da ditadura à redemocratização. Futebol na sociedade como fator democrático (1966-1990) - Marcelo de Azevedo Zanotti
- N. 348 Depois da Inteligência Artificial - Cosimo Accoto, Massimo Di Felice e Eliane Schlemmer
- N. 349 Basta de fósseis - Dominic Boyer
- N. 350 Capitalismo e saúde mental: causa social, sofrimento privatizado - Iael de Souza, Evaldo Piolli e José Roberto Montes Heloani
- N. 351 A transição dos combustíveis fósseis, a crise energética na Europa e a guerra na Ucrânia - Simon Pirani
- N. 352 Guerra russa na Ucrânia. Terrorismo energético, ciberguerra e atmoterrorismo - Svitlana Matviyenko
- N. 353 Pequena história futura das enchentes do rio Cai - Caio F. Flores-Coelho
- N. 354 Por uma agricultura sustentável no Brasil - M. Madeleine Hutrya de Paula Lima
- N. 355 A máquina com um rosto humano: da inteligência artificial à sciência artificial - Sylvain Lavelle
- N. 356 Filmes em Perspectiva - Faustino Teixeira
- N. 357 Varsóvia e Gaza: dois guetos e o mesmo nazismo - Luiz Cláudio Cunha
- N. 358 Tecnofisiologia e ontologia híbrida: novas interações entre máquinas e corpo humano - Roberto Marchesini
- N. 359 Teoria dos Quatro Cosmogramas - Moysés Pinto Neto
- N. 360 Capitalismo e cismogênese - Sven Lütticken
- N. 361 Revolução informacional e a nova classe trabalhadora - Marcio Pochmann
- N. 362 O ancião missionário e os anciãos Bôe-Bororo: autobiografia indígena, identidade narrativa e apropriação religiosa recíproca - Elair Inácio de Oliveira e Aloir Pacini
- N. 363 A construção política da Economia de Francisco e Clara no Brasil - Eduardo Brasileiro
- N. 364 Um olhar retrospectivo - Hans Jonas
- N. 365 Constitucionalismo Intersistêmico e o Direito das Minorias: a proteção dos povos indígenas na sociedade global - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 366 Novos dilemas da IA: a inteligência quer se expandir e o organismo quer perdurar. Por que e como a IA generativa pensa e raciocina - Lucia Santaella



- N. 367 Paul Ricoeur e a historiografia: primeiros diálogos em *História e Verdade* (1955) - Bruno dos Santos Nascimento
- N. 368 Tutela climática dos povos indígenas no Rio Grande do Sul e a proteção dos territórios ancestrais: direito ao futuro e à dimensão ecológica da dignidade humana - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 369 Autonomia: os povos estão transitando por um novo caminho emancipatório - Raúl Zibechi
- N. 370 IA e a experiência da pobreza - Levi Checketts
- N. 371 O pluralismo jurídico e os sistemas jurídicos indígenas - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 372 Proposta de definição das juventudes: diversidades e protagonismos políticos - Olívia Cristina Perez
- N. 373 Neomercantilismo de crise e as guerras de desordenamento global - Daniel Feldmann
- N. 374 Putin, Trump, Netanyahu: o mundo à beira de uma guerra total? - Silvia Ferabolli
- N. 375 Peter Singer e os 50 anos do livro *Libertação Animal* - Daan Stoop
- N. 376 Uma reflexão ético-político-filosófica da alteridade negada no cárcere - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 377 Juventudes e experiências religiosas - Claudio de Oliveira Ribeiro e Rosemary Fernandes
- N. 378 Vida nos trilhos: corpos sobreviventes e a resistência que brota da periferia brasileira - Paulo Ricardo Barbosa de Lima
- N. 379 Os Estados Unidos de Trump, modelo da distopia contemporânea - Luiz Marques
- N. 380 Dinamismo, mobilidade e juventudes - Rosemary Fernandes da Costa
- N. 381 Realidades virtuais, danos aumentados, impactos reais - Elisa García Mingo e Jacinto G. Lorca
- N. 382 Povos indígenas e emergência climática: visibilidade, participação e reivindicações nas conferências climáticas da ONU - Carlos Machado de Freitas, Kleber Henrique da Silva Xucuru, Luiz Felipe Barboza Lacerda, Sineia Bezerra do Vale e Suliete Gervásio Monteiro Baré
- N. 383 Considerações sobre o sionismo - Rodrigo Karmy Bolton

 UNISINOS